

DPVAT

Portal do Conhecimento/ Sumulas / Sumulas do TJRJ e Tribunais Superiores

SUMULA TJ Nº 86

"A QUITAÇÃO PASSADA PELO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO, PREVISTA NA LEI N. 8.441, DE 13.07.02, CUJO CARÁTER SOCIAL AUTORIZA SUA APLICAÇÃO A FATOS A ELA ANTERIORES, SOMENTE ALCANÇA OS VALORES RECEBIDOS."

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DE N.º 2005.146.00004 - JULGAMENTO EM 10/10/2005 - VOTAÇÃO UNÂNIME - RELATOR: DESEMBARGADOR NEWTON PAULO AZEREDO DA SILVEIRA - REGISTRO DE ACÓRDÃO EM 29/11/2005 - FLS. 010575/010578

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SUMULA TJ Nº 87

"A MERA RECUSA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE SEGURO OBRIGATÓRIO NÃO CONFIGURA DANO MORAL . "

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DE N.º 2005.146.00004 - JULGAMENTO EM 10/10/2005 - VOTAÇÃO UNÂNIME - RELATOR: DESEMBARGADOR NEWTON PAULO AZEREDO DA SILVEIRA - REGISTRO DE ACÓRDÃO EM 29/11/2005 - FLS. 010575/010578

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SUMULA TJ Nº 88

"A INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PREVISTA NA LEI N. 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974, É MERO PARÂMETRO E NÃO CONTRASTA COM O DISPOSTO NO ARTIGO 7º, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DESDE QUE A CONDENAÇÃO SEJA ESTABELECIDA PELA SENTENÇA EM MOEDA CORRENTE."

REFERÊNCIA : SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DE N.º 2005.146.00004 - JULGAMENTO EM 10/10/2005 - VOTAÇÃO: UNÂNIME - RELATOR: DESEMBARGADOR NEWTON PAULO AZEREDO DA SILVEIRA - REGISTRO DE ACÓRDÃO EM 29/11/2005 - FLS. 010575/010578

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SUMULA TJ Nº 143

"NAS AÇÕES DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, ENVOLVENDO QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA, O JUIZ PODE, DE OFÍCIO, DECLINAR DA COMPETÊNCIA, APLICANDO-SE A REGRA DO ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC E O ESPÍRITO DO CDC."

REFERÊNCIA: UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº. 2008.018.00003 - JULGAMENTO EM 13/10//2008 - RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ MOTA FILHO. VOTAÇÃO UNÂNIME.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SUMULA TJ Nº 219

"NAS AÇÕES FUNDADAS EM COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO, OCORRIDA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL OU FALÊNCIA DA SEGURADORA ACIONADA, RESPONDE PELO PAGAMENTO A SEGURADORA LÍDER, QUE O REPRESENTA, CUJA INTEGRAÇÃO NO PÓLO PASSIVO SE ADMITE, AINDA QUE EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA."

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0013681-52.2011.8.19.0000 - JULGAMENTO EM 22/11//2010 - RELATOR: DESEMBARGADORA LEILA MARIANO. VOTAÇÃO UNÂNIME.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SUMULA TJ Nº 220

"DOCUMENTO EXPEDIDO PELO SISTEMA MEGADATA COMPUTAÇÕES NÃO COMPROVA O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT."

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0013681-52.2011.8.19.0000 - JULGAMENTO EM 22/11//2010 - RELATOR: DESEMBARGADORA LEILA MARIANO. VOTAÇÃO UNÂNIME.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SUMULA TJ Nº 232

"É INCABÍVEL A COBRANÇA JUDICIAL DA COBERTURA DO SEGURO DPVAT NO PRAZO LEGAL DE REGULAÇÃO DO SINISTRO."

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0014117-11.2011.8.19.0000 - JULGAMENTO EM 16/05//2011 - RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ FELIPE HADDAD. VOTAÇÃO UNÂNIME.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA TJ Nº 233

"O PERCENTUAL DA PERDA, APURADO MEDIANTE PROVA IDÔNEA, DETERMINARÁ O GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE DO SEGURADO E O VALOR DA INDENIZAÇÃO PREVISTA NA [LEI Nº 6194/74](#)."

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. [0014117-11.2011.8.19.0000](#) - JULGAMENTO EM 16/05//2011 - RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ FELIPE HADDAD. VOTAÇÃO UNÂNIME.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SUMULA TJ Nº 304

"EXCLUEM-SE DA COMPETÊNCIA DAS CÂMARAS CÍVEIS ESPECIALIZADAS AS DEMANDAS QUE ENVOLVAM A COBRANÇA DE SEGURO DPVAT UMA VEZ QUE SE TRATA DE SEGURO OBRIGATÓRIO, COGENTE, PAGO A UM POOL INDEFINIDO DE SEGURADORES, E NÃO A FORNECEDORA ESPECÍFICA DE BENS E SERVIÇOS."

REFERÊNCIA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº. [0010077 78.2014.8.19.0000](#) JULGAMENTO EM 24/03/2014 - RELATOR: DESEMBARGADOR LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO. VOTAÇÃO UNÂNIME.

VERBETE SUMULAR CANCELADO, CONFORME DECISÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0059238-08.2024.8.19.0000, JULGAMENTO EM 17/02/2025. RELATOR: DESEMBARGADOR AUGUSTO ALVES MOREIRA JUNIOR. VOTAÇÃO POR UNANIMIDADE. ACÓRDÃO PUBLICADO EM 19/02/2025

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 229

O PEDIDO DO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO À SEGURADORA SUSPENDE O PRAZO DE PRESCRIÇÃO ATÉ QUE O SEGURADO TENHA CIÊNCIA DA DECISÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 246

O VALOR DO SEGURO OBRIGATÓRIO DEVE SER DEDUZIDO DA INDENIZAÇÃO JUDICIALMENTE FIXADA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 257

A FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) NÃO É MOTIVO PARA A RECUSA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 405

A AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) PRESCREVE EM TRÊS ANOS.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 426

OS JUROS DE MORA NA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT FLUEM A PARTIR DA CITAÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 470

O MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO TEM LEGITIMIDADE PARA PLEITEAR, EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA, A INDENIZAÇÃO DECORRENTE DO DPVAT EM BENEFÍCIO DO SEGURADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 474

A INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT, EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL DO BENEFICIÁRIO, SERÁ PAGA DE FORMA PROPORCIONAL AO GRAU DA INVALIDEZ.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 540

NA AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT, CONSTITUI FACULDADE DO AUTOR ESCOLHER ENTRE OS FOROS DO SEU DOMICÍLIO, DO LOCAL DO ACIDENTE OU AINDA DO DOMICÍLIO DO RÉU.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 544

É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS PARA ESTABELECER A PROPORCIONALIDADE DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT AO GRAU DE INVALIDEZ TAMBÉM NA HIPÓTESE DE SINISTRO ANTERIOR A 16/12/2008, DATA DA ENTRADA EM VIGOR DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 451/2008.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 573

NAS AÇÕES DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE SEGURO DPVAT, A CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ, PARA FINS DE CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL, DEPENDE DE LAUDO MÉDICO, EXCETO NOS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE NOTÓRIA OU NAQUELES EM QUE O CONHECIMENTO ANTERIOR RESULTE COMPROVADO NA FASE DE INSTRUÇÃO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 580

A CORREÇÃO MONETÁRIA NAS INDENIZAÇÕES DO SEGURO DPVAT POR MORTE OU INVALIDEZ, PREVISTA NO PARÁGRAFO 7º DO ART. 5º DA LEI N. 6.194/1974, REDAÇÃO DADA PELA LEI N. 11.482/2007, INCIDE DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento
Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br